



**XXI SNPTTEE
SEMINÁRIO NACIONAL
DE PRODUÇÃO E
TRANSMISSÃO DE
ENERGIA ELÉTRICA**

Versão 1.0
23 a 26 de Outubro de 2011
Florianópolis - SC

GRUPO -XI

GRUPO DE ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - GIA

REMANEJAMENTO POPULACIONAL USINA HIDRELÉTRICA PASSO SÃO JOÃO/RS

**Martin Carlos Resener(*)
ELETROSUL**

**Alcir José Maso
ELETROSUL**

RESUMO

A UHE Passo São João com 77 MW localiza-se no Rio Ijuí, região das Missões do RS. Foram desapropriados 3.584 ha em 520 imóveis e realocadas 152 famílias. Os sindicatos dos trabalhadores rurais da região possuem forte poder de mobilização. O licenciamento ambiental exigia a obtenção de Termo de Acordo Coletivo e para firmar este documento, a ELETROSUL apoiou-se no poder de mobilização dos sindicatos para a criação da Comissão dos Atingidos. Esta Comissão participou desde a definição dos coeficientes agrônômicos, até a aprovação do Termo de Acordo Coletivo em seis Reuniões Públicas. O Termo de Acordo restringiu o universo de famílias com direito a reassentamento e proporcionou indenizações justas, resolvendo-se a maioria dos conflitos antes da aprovação do documento, o que possibilitou a implantação do reservatório de forma ordeira e com custo compatível com o empreendimento.

PALAVRAS-CHAVE

Desapropriações, remanejamento populacional

1.0 - INTRODUÇÃO

A Usina Hidrelétrica (UHE) Passo São João pertence a ELETROSUL que adquiriu a concessão através de leilão realizado em 16 de dezembro de 2005. Com potência instalada de 77 MW, localiza-se no rio Ijuí, na região das Missões no estado do Rio Grande do Sul. O eixo da barragem está localizado entre os municípios de Roque Gonzales e Dezesseis de Novembro e o reservatório, atinge ainda os municípios de São Pedro do Butiá, São Luiz Gonzaga e Rolador.

Apesar da potência relativamente baixa, foi necessário desapropriar 3.584 ha, dos quais 1.909 ha de área inundada e 1.675 ha de área de preservação permanente (APP) e canteiro de obras. Foram atingidos 481 imóveis rurais e 39 urbanos e suburbanos, totalizando 520 propriedades. Com relação ao remanejamento populacional, 152 famílias tiveram que mudar de residência.

A Licença Prévia (LP) nº 945/2006 (4) emitida pela Fundação do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul (FEPAM), em sua condicionante 11 estabelece que *“deverá ser garantida a participação da população diretamente atingidanas questões referentes ao remanejamento populacional”*.

A mesma LP ainda estabelece que para o requerimento da Licença de Instalação (LI) deveria ser apresentado dentro do Plano Básico Ambiental (PBA), o Programa de Remanejamento Populacional acompanhado de Termo de Acordo Coletivo assinado pelas partes (item 12.19 da LP, referente aos documentos a serem apresentados para obtenção da LI).

Com o objetivo de atender a esta condicionante, a ELETROSUL iniciou a negociação com a população imediatamente após o leilão.

2.0 - NEGOCIAÇÃO COM A COMUNIDADE

2.1. Identificação dos interlocutores

O ponto de partida na negociação com a população foi o documento “Diretrizes e Critérios para Implantação dos Processos de Indenização e Reassentamento Populacional”. Este documento foi apresentado em Audiência Pública na fase de Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica (EVTE), anterior ao leilão.

As diretrizes deste documento, apesar de genéricas, apresentavam dois princípios que nortearam todas as discussões. O primeiro garantia a participação da população diretamente atingida pelo empreendimento na definição dos critérios de indenização e remanejamento populacional. O segundo princípio estabelecia que as condições de vida após a implantação do reservatório deveriam ser no mínimo similares às aquelas anteriores ao reservatório.

Com o objetivo de atender ao primeiro princípio, imediatamente após o leilão uma equipe de técnicos da ELETROSUL visitou as prefeituras dos municípios envolvidos, as secretarias municipais de agricultura, os escritórios municipais da EMATER e os sindicatos dos trabalhadores rurais (STRs).

Nesta oportunidade foi possível observar o poder de organização dos STRs e sua forte atuação nas comunidades atingidas. Constatou-se que quatro sindicatos atuavam nos cinco municípios atingidos, sendo que Rolador era atendido pelo STR de São Luiz Gonzaga. Os STRs de São Luiz Gonzaga, São Pedro do Butiá e Roque Gonzáles prontamente colocaram-se como interlocutores dos interesses dos atingidos. O STR de Dezesseis de Novembro, menos atuante, não demonstrou interesse em participar diretamente das negociações.

Os três STRs que colocaram-se como interlocutores (São Pedro do Butiá, São Luiz Gonzaga e Roque Gonzáles) eram filiados a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul (FETAG) e já desenvolviam atividades em conjunto, o que facilitou os trabalhos. A ausência do STR de Dezesseis de Novembro nas negociações diretas foi suprida pela proximidade geográfica e pelas relações sociais das comunidades atingidas daquele município com a cidade de Roque Gonzáles.

2.2. Organização das atividades

Após estes contatos iniciais, os sindicatos de São Luiz Gonzaga, São Pedro do Butiá e Roque Gonzáles realizaram reuniões nas comunidades atingidas, buscando a indicação de dois representantes de cada comunidade para formação da Comissão dos Atingidos pela UHE Passo São João, que foi composta por vinte e seis representantes. A Comissão dos Atingidos e os STRs contrataram duas empresas para subsidiá-los nas negociações, uma para assessoria jurídica e outra para assessoria técnica.

O passo seguinte foi a realização de reuniões entre a ELETROSUL e a Comissão dos Atingidos para se buscar um acordo. Entre janeiro a dezembro de 2006 foram realizadas 22 reuniões com a Comissão e seis Reuniões Públicas nas comunidades para aprovar os critérios de indenização e remanejamento populacional e a tabela de valores unitários, totalizando assim 28 reuniões, conforme observa-se na Tabela a seguir.

TABELA: Reuniões realizadas entre a ELETROSUL e a Comissão dos Atingidos.

nº	data	Local	Assunto
1	31-jan-06	Casa da Cultura- R. Gonzales	Termo de Acordo
2	23-fev-06	Câmara de Vereadores - R. Gonzales	Pesquisa de Preço
3	24-fev-06	Câmara de Vereadores - R. Gonzales	Pesquisa de Preço
4	11-mar-06	Afonso Rodrigues - S. Luiz Gonzaga	Termo de Acordo
5	11-mar-06	Passo Quaresma - Rolador	Termo de Acordo
6	11-mar-06	Lª Taipão - S. Pedro do Butiá	Termo de Acordo
7	12-mar-06	Rincão dos Ledur - Dezesseis de Novembro	Termo de Acordo
8	12-mar-06	Poço Preto - R. Gonzales	Termo de Acordo
9	13-mar-06	Casa da Cultura- R. Gonzales	Termo de Acordo
10	4-abr-06	Treinamento de Campo	Pesquisa de Preço
11	22-mai-06	Assessoria Jurídica Comissão - R. Gonzales	Termo de Acordo
12	29-mai-06	Casa da Cultura- R. Gonzales	Pesquisa de Preço
13	20-jun-06	Casa da Cultura- R. Gonzales	Termo de Acordo
14	28-jun-06	Casa da Cultura- R. Gonzales	Pesquisa de Preço
15	20-jul-06	Casa da Cultura- R. Gonzales	Pesquisa de Preço
16	16-ago-06	Casa da Cultura- R. Gonzales	Termo de Acordo
17	1-set-06	Casa da Cultura- R. Gonzales	Termo de Acordo
18	4-out-06	Casa da Cultura- R. Gonzales	Pesquisa de Preço
19	25-out-06	Câmara de Vereadores - R. Gonzales	Termo de Acordo
20	3-nov-06	Poço Preto - R. Gonzales	Reunião Pública
21	3-nov-06	Passo Quaresma - Rolador	Reunião Pública
22	3-nov-06	Salto Pirapó - R. Gonzales	Reunião Pública
23	4-nov-06	Afonso Rodrigues - S. Luiz Gonzaga	Reunião Pública
24	4-nov-06	Rincão dos Ledur - Dezesseis de Novembro	Reunião Pública
25	4-nov-06	Lª Taipão - S. Pedro do Butiá	Reunião Pública
26	18-nov-06	Balneário Granito - R. Gonzales	Termo de Acordo
27	7-dez-06	Casa da Cultura- R. Gonzales	Pesquisa de Preço
28	16-dez-06	Casa da Cultura- R. Gonzales	Assinatura do Termo de Acordo

Nas primeiras reuniões a ELETROSUL apresentou critérios de indenização e remanejamento populacional adotados em outras hidrelétricas. Nesta fase constatou-se que a etapa mais crítica do Termo de Acordo Coletivo seria a definição das tabelas de valores unitários, conforme descrito a seguir.

2.3. Cláusulas do termo de acordo coletivo

2.3.1. Valores unitários

Para garantir a imparcialidade, as avaliações foram feitas com base em regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), especialmente as NBRs 14653-1 (1), 14653-2 (2) e 14653-3 (3) que tratam respectivamente dos procedimentos gerais de avaliação, avaliação de imóveis urbanos e avaliação de imóveis rurais.

O critério de avaliação adotado foi o da reposição patrimonial em que o valor da indenização é composto pelo somatório dos valores da terra nua, culturas perenes, construções, instalações e melhoramentos de solo. Este

procedimento já é consagrado em empreendimentos deste tipo, em que a compra e venda é compulsória. Cada item tem procedimentos específicos para avaliação conforme abaixo:

- Terras: método comparativo
- Culturas: valor econômico
- Construções: valor de remoção
- Instalações: custo de instalação
- Melhoramentos de solo: custo de formação
- Recursos naturais: comparativo ou valor econômico

Estes métodos de avaliação foram apresentados de forma didática à Comissão dos Atingidos que contou ainda com o auxílio do escritório de assistência técnica contratado. Inicialmente as discussões aprofundaram-se no debate dos coeficientes agrônômicos da região, tais como manejo e produtividade das diversas culturas, custos de implantação, classificação dos solos, custos de reposição das benfeitorias, etc. Após definidos os coeficientes técnicos, foi organizada a pesquisa de preços de terras, insumos agrícolas, materiais de construção, valores recebidos pelos produtores, etc. Foram definidas duas equipes para pesquisa de terras, uma para insumos agrícolas e uma para materiais de construção. Cada equipe tinha representantes dos atingidos e da ELETROSUL e a área de abrangência foi definida em 50 km no entorno do reservatório.

A pesquisa de campo foi realizada no período de 04 a 12 de abril de 2006, tendo sido pesquisadas 89 fontes, dentre serrarias, agropecuárias, lojas de material de construção, ofertas e transações de terras, etc. A Figura a seguir estratifica a quantidade de informações por tipo de estabelecimento.

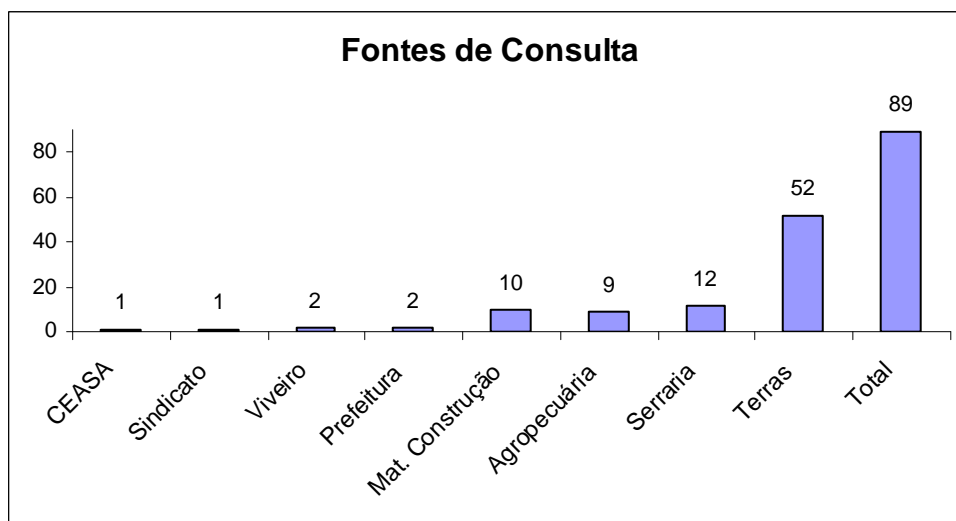


FIGURA: Quantidade de informações por tipo de estabelecimento pesquisado.

Concluída a pesquisa de preços, os dados levantados em campo foram sistematizados, trabalhados estatisticamente e serviram de base para alimentação das planilhas de cada componente da avaliação. A partir disto, obtiveram-se os valores unitários para terras, culturas, construções e instalações. Os resultados foram apresentados à Comissão que sugeriu a alteração de vários coeficientes agrônômicos, com o objetivo de aumentar os valores unitários. Após intensos debates técnicos, tanto a ELETROSUL, quanto a Comissão cederam e chegou-se a um consenso.

2.3.2. Demais cláusulas

Vencidas as cláusulas relativas as tabelas de valores indenizatórios, passou-se a dialogar com a Comissão sobre as demais condições, merecendo destaque as formas de remanejamento e os critérios para as famílias terem direito ao reassentamento.

Foram definidos três padrões de lotes para o reassentamento. O primeiro denominado de Rural Convencional com 6 ha de terras, o segundo como Rural especial com 3 ha de terras e o terceiro como Especial Urbano. Os casos especiais destinavam-se a famílias com força de trabalho descendente, normalmente por idosos aposentados sem filhos em casa, ou para famílias com necessidades especiais.

Para ter direito ao reassentamento, os candidatos deveriam:

- a. Constar no Cadastro Socioeconômico realizado em setembro de 2004;
- b. Exercer atividade agropecuária no imóvel atingido;

- c. Não possuir outro imóvel viável;
- d. Não possuir outra fonte de renda;
- e. Inviabilização do remanescente.

Eventuais indenizações referente a terras e benfeitorias a que as famílias optantes por reassentamento teriam direito, foram descontados dos valores financiados pela ELETROSUL para aquisição do novo lote. Além disto, os valores financiados pela ELETROSUL terão que ser pagos em 20 anos, com três de carência.

Estas condições restringiram significativamente o interesse pelo reassentamento, tendo sido concedido crédito fundiário para 37 famílias, proporcionando economia ao empreendedor.

3.0. TERMO DE ACORDO COLETIVO

Além do documento principal o Termo de Acordo Coletivo possui quatro anexos:

- I. Critérios de Avaliação
- II. Pesquisa de Preços e Memória de Cálculo do Valor de Terras
- III. Pesquisa de Preços e Memória de Cálculo do Valor de Culturas, Madeiras e Melhoramento do Solo
- IV. Pesquisa de Preços e Memória de Cálculo do Valor de Construções e Instalações.

Após a definição das cláusulas do Termo de Acordo Coletivo entre a equipe técnica da ELETROSUL e a Comissão dos Atingidos pela UHE Passo São João, o documento foi aprovado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração da ELETROSUL.

Com a aceitação formal da ELETROSUL, o documento foi submetido à aprovação dos atingidos através de seis Reuniões Públicas realizadas nas comunidades de Poço Preto e Salto Pirapó, no município de Roque Gonzáles, Taipão em São Pedro do Butiá, Passo Quaresma em Rolador, Afonso Rodrigues em São Luiz Gonzaga e Rincão dos Ledur em Dezesesseis de Novembro.

De um modo geral as reuniões foram tensas, mas obteve-se a aprovação do documento, exceto pela comunidade de Poço Preto que solicitou ajustes quanto ao enquadramento nos diferentes padrões de construção. Analisados os fatos e aceitos pela ELETROSUL, esta comunidade também aprovou o documento.

Por fim, o Termo de Acordo Coletivo foi assinado em ato solene realizado na Casa Cultura de Roque Gonzáles, em 16 de dezembro de 2006, um ano após o leilão. São signatários a ELETROSUL, STRs de São Pedro do Butiá, Roque Gonzáles e São Luiz Gonzaga e a Comissão dos Atingidos, composta pelos seus vinte e seis representantes.

4.0 - CONCLUSÃO

O Termo de Acordo Coletivo é um contrato onde foram estabelecidas as regras para as indenizações e o remanejamento populacional. Significa que todos os atingidos foram submetidos aos mesmos critérios, não se abrindo possibilidade para tratamento diferenciado a ninguém.

Após sua assinatura, o documento foi amplamente divulgado, tendo sido protocolado cópia do mesmo na Procuradoria Federal de Santo Ângelo/RS. A participação dos atingidos na elaboração do documento possibilitou que os conflitos fossem resolvidos em fase anterior a implantação do reservatório.

O EVTE apontava a necessidade de desapropriar 2.880 ha e que seriam atingidos 314 imóveis. Com a implantação da cota de inundação, constatou-se que foram atingidos 3.584 ha e 520 imóveis. Mesmo com este aumento expressivo na área e no número de imóveis atingidos, apenas três desapropriações foram judicializadas, quatro por problemas documentais e uma por desacordo com os valores indenizatórios.

5.0 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

(1) ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14653-1**: avaliações de bens – parte 1: procedimentos gerais. 1. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2001.

(2) _____. **NBR 14653-2**: avaliações de bens – parte 2: imóveis urbanos. 1. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2003.

(3) _____ .**NBR 14653-3**: avaliações de bens – parte 3: imóveis rurais. 1. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

(4) FEPAM – Fundação Estadual de Proteção Ambiental. **Licença Prévia LP Nº 945/2006-DL**. Porto Alegre, 2006.

3.0 - DADOS BIOGRÁFICOS

- Nome: Martin Carlos Resener
 - Local e ano de nascimento: Palmitos/SC, 1967.
 - Graduação: Eng. Agrônomo / UFSC / Florianópolis /SC - 1990
 - Pós-graduação: *Lato sensu* em Ecologia / UNOESC / Chapecó/SC - 1999
 - Mestrado: Eng. Civil / UFSC / Florianópolis/SC - 200d
 - Experiência profissional: 8 anos como supervisor agrícola em empresa fumageira, 4 anos como Eng. de Avaliações em empresa privada e 8 anos na ELETROSUL, dos quais 4 anos como Eng. de Avaliações, 2 anos como gerente da Divisão de Planejamento e Coordenação Socioambiental e 2 anos como gerente do Departamento de Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente.
-
- Nome: Alcir José Maso
 - Local e ano de nascimento: Machadinho/RS, 1970.
 - Técnico Agropecuária / Escola Agrotécnica Federal / Sertão / 1988
 - Experiência profissional: 12 anos como produtor rural autônomo, 5 anos como técnico na Cooplantio e 6 anos como técnico em avaliações na ELETROSUL, tendo sido o coordenador patrimonial na UHE Passo São João.